



## Por outra política, em defesa da vida comunitária

Marco Aurélio Nogueira (2001). *Em Defesa da Política*.  
São Paulo: Ed. Senac, 181p.

Em 2001, Marco Aurélio Nogueira sai *Em Defesa da Política*, não em defesa dos políticos ou das instituições que nos governam, mas em defesa de uma atividade maior, inerente a cada um de nós, sem a qual a vida comunitária fica em risco. Mas já alertava que a política solicita uma concessão muito difícil de ser feita: “ela pede que os indivíduos e os grupos saiam de si mesmos, moderem-se, ultrapassem-se, ponham-se da perspectiva dos demais”, sendo seu grande desafio “criar condições para que se passe da defesa dos interesses

particulares para a construção e a defesa do interesse geral”.

Em *As ruas e a democracia*, doze anos depois, o cientista político nos brinda com um precioso diagnóstico dos caminhos trilhados pela política no Brasil dos últimos anos. Mas o faz com uma lente especial: como que com *zoom* que ora aproxima as imagens, ora distancia-se delas, busca tanto uma análise de conjuntura quanto uma elaboração teórica mais geral. Com habilidade científica precisa e apurada foca nos detalhes do dia-a-dia

traçando as linhas que conectam e explicam os movimentos. Ao mesmo tempo, e com a mesma habilidade, lembra o viajante imaginado por Tocqueville que, saindo de uma vasta cidade e subindo a colina mais próxima, afasta-se do local a ponto de perder os detalhes dos rostos das pessoas, de suas casas, não enxergando mais as praças públicas e discernindo com dificuldade o traçado das ruas. Mas, pelo distanciamento, seu olhar segue com mais facilidade os contornos da cidade, apreende a sua forma, concebe uma ideia mais clara do conjunto, do todo.

Lá de cima da colina, Marco Aurélio indaga: em que sociedade vivemos? E seguem-se os termos: sociedade em rede, sociedade da informação, sociedade do espetáculo, sociedade do consumo, sociedade de risco, sociedade líquida. Uma sociedade na qual as estruturas sociais, as instituições e as convicções “parecem flutuar, sem conseguir fincar raízes e se estabilizar”. Individualização, falta de coordenação, fluidez e flutuações são características dessa sociedade, tudo impulsionado por altas doses de conectividade e vida digital, muito diferente da sociedade que acompanhou a modernidade capitalista típica, “balizada por estruturas associativas que se sustentavam

pelo sistema produtivo de trabalho intensivo, classes bem constituídas, com partidos políticos, sindicatos e sistemas públicos de bem-estar que garantiam a reprodução daquela dinâmica”.

Tal como outras sociedades, observa que a nossa mudou profundamente nas últimas décadas acompanhando o fluxo da globalização hipermoderna. Tornou-se mais complexa, dinâmica e diferenciada, mais democrática, com mais mobilidade social, novas culturas e novas expectativas. O Brasil tornou-se urbano. As cidades aumentaram em tamanho e em problemas. Problemas derivados desta época somados àqueles resultantes do nosso processo de “revolução passiva” e “modernização conservadora”, “que travou o progresso social e legou para o futuro um verdadeiro continente de pobres e excluídos”. Teríamos ficado muito modernos sem deixarmos de ser “atrasados” e a mistura desses dois universos estaria a impactar negativamente a dinâmica social, “fazendo com que nada funcione muito bem no Brasil, nada satisfaça, nada pareça ter potência para alterar o rumo das coisas”.

Olhando os contornos da política, o autor lembra nossa herança colonial que nos impõe o gosto amargo de uma cultura política

de tipo clientelista e fisiológica que se reproduz “como vírus pelas frestas da condição hipermoderna em que passamos a viver, ajudando a dramatizá-la e sendo ao mesmo tempo turbinada por ela”. Os percalços desse legado teriam atrapalhado a construção de uma democracia como modo de vida e de organização social fundada na liberdade, na participação e na busca de igualdade social, na qual um Estado republicano cumpre funções reformadoras essenciais. Nosso processo de democratização avançaria hoje “meio sem rumo”, fruto tanto das transformações ocorridas na estrutura social em tempos de radicalização da modernidade, quanto da falência dos partidos políticos e das entidades associativas de representação.

É com este quadro, desenhado pelo cruzamento da modernidade tardia e da nossa condição periférica, que Marco Aurélio aproxima suas lentes para captar os detalhes das ruas de junho de 2013. Quem estava lá? O que estava em jogo? O estopim do movimento se deu de forma pontual: o combate ao aumento dos bilhetes de metrô e ônibus urbano na cidade de São Paulo e em outras capitais. Mas a era digital ajudou a que os protestos se propagassem Brasil afora incorporando novas reivindicações:

melhores escolas, saúde pública de qualidade, maior eficácia governamental e menos corrupção na política. As vozes das ruas foram polissêmicas; não houve tema ou problema que lhes tenha passado despercebido. Não foi um movimento orquestrado por indivíduos ou grupos específicos, mas foi uma “terra de ninguém”, onde o que se ouvia era “um grito de angústia coletiva” contra o modo como se estava vivendo, contra o modo como a política tem sido exercida no país. O grito ecoava contra a política institucionalizada - os sistemas, as regras, a organização da democracia, as leis, os partidos - e mais ainda contra “a política dos políticos”, focada na conquista e no manejo do poder.

As ruas escancararam uma crise de representação e de legitimidade que vinha de longe e deram vazão a que se constituísse um “novo ativismo” que estaria a questionar o ativismo tradicional, sustentado por organizações hierarquizadas, classes sociais e causas gerais. O autor aponta as características desse novo ativismo: oscila entre uma nova politicidade, à margem de partidos e organizações, e tendências ‘nihilistas’ pré-políticas; não sacrifica a vida pessoal em nome de uma causa coletiva ou da glória de uma organização; não se referencia por

líderes ou ideologias; luta por direitos e reconhecimento, não por poder; é multifocal, abraça várias causas simultaneamente; é multicêntrico; sua mobilização é intermitente; seu ambiente são as redes sociais e sua maior ferramenta é a conectividade; deseja outro tipo de política: uma “política de cidadãos”, não só de políticos, militantes partidários ou entidades.

A proximidade da lente também permitiu ao autor focar a repercussão das manifestações nas falas e ações de prefeitos, governadores, da Presidência da República, do Congresso Nacional, dos partidos políticos, da sociedade em geral. Falou-se das tarifas de ônibus, das ações da polícia, da violência urbana, de plebiscito, de reforma política, de corrupção, dos gastos com a Copa do Mundo. Voltou-se o olhar para as deficiências nas várias áreas das políticas públicas, para a questão da *accountability* e da responsividade dos governos. As ruas chacoalharam o país. Tudo se agitou. Baixada a poeira, o que ficou de junho de 2013?

E aqui está a grandeza de *As ruas e a democracia*: mais do que analisar os fatos, os movimentos da sociedade e o desempenho de governantes e partidos políticos, o livro leva o leitor ao cerne do

problema: o sistema político está dissociado da sociedade. A “política dos políticos”, feita de cálculos frios e desejo de poder está desarticulada da “política dos cidadãos”, que se move a partir de questões existenciais fortes e desejo de comunidade. E põe o dedo na ferida: “os governos, todos eles, sem exceção, em Brasília e nos estados -continuaram a exibir falhas graves e desempenho medíocre, tanto em termos de gestão e de políticas públicas, quanto em termos de comunicação e diálogo com a população (...) tudo colaborou para que se fosse alargando a distância entre Estado (governos) e sociedade”. O sistema político teria se soltado da sociedade, despolitizando-se, ou melhor, teria virado as costas para a sociedade, “acorrentado a um tempo pretérito, ao passo que a sociedade avançava pelas ondas líquidas e digitais da vida hipermoderna”. Criou-se, então, um descompasso entre a vida social e a vida política. As ruas gritaram esse descompasso, pedindo que o sistema político as enxergasse e acertasse o passo. Tão visíveis quiseram ser que protestaram, também, na Esplanada dos Ministérios invadindo o Espelho D’Água e a cobertura do Congresso Nacional, como se a dizer: estão nos vendo agora?

Num diagnóstico preciso, Marco Aurélio afirma que o sistema político é a ponta do *iceberg* de uma crise sistêmica muito maior, que encontra apoio nos aspectos econômicos, socioculturais, políticos, éticos, institucionais, governamentais. E faz o prognóstico: uma crise sistêmica somente pode ser superada por uma mudança sistêmica. E isto diz respeito não à reforma política apenas, mas à reforma *da* política: “reforma das cabeças, da cultura, das mentalidades, do modo de proceder”. A reforma da política tem a ver com reforma existencial. E para tanto, as ruas, como o Estado e toda a sociedade, terão de ser educados para que percebam que existência e política são “irmãos siameses”, que a construção de uma vida melhor para todos depende da disposição de todo cidadão, no governo e fora dele, de estar aberto à política, ou seja, ao exercício continuado de sair de si e colocar-se na perspectiva do outro; de estar aberto para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral. Mas é grande o desafio numa época marcada pela exacerbação do individualismo (do *cada-um-por-si*), pela liquidez de relacionamentos e afetos, pela busca egoísta de fruição de prazeres.

Marco Aurélio não desiste. Incansável, não se exime do papel de educador e formador de opinião a contribuir com a reforma da cultura, das mentalidades, do modo de proceder na vida em sociedade. Compartilha seu olhar experiente com todos aqueles que querem refletir sobre a política e a existência. Desconstrói o cotidiano, buscando evidenciar o desempenho dos atores na política, suas motivações e escolhas, seus limites e desafios, suas potencialidades. Com coragem e determinação, denuncia os inimigos da República e da democracia. Com otimismo e esperança, segue acreditando na possibilidade de tocar mentes e corações das ruas, da sociedade, do Estado em nome de uma outra política (e outra forma de existência), a envolver a todos numa luta apaixonada por uma sociedade mais justa, democrática, solidária e feliz.

NOGUEIRA, M. A. *As ruas e a democracia*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

Carla Giani Martelli

